

## **SÚMULA DO PARECER TÉCNICO Nº 258/13/IE**

**PROCESSO:** 2.071/08  
**INTERESSADO:** Mineração Horical Ltda.  
**ASSUNTO:** Ampliação das atividades de extração mineral de calcário  
**MUNICÍPIO:** Guapiara

### **1. INTRODUÇÃO**

Trata-se da Súmula do Parecer Técnico nº 258/13/IE elaborado pelo Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos - IE, para subsidiar o licenciamento ambiental prévio da ampliação das atividades de extração de calcário (poligonais DNPM nº 802.805/70 e 801.889/71), no município de Guapiara, sob responsabilidade da empresa Mineração Horical Ltda.

A ampliação da atividade minerária tem como objetivo o fornecimento de matéria-prima para a unidade de beneficiamento localizada na própria área do empreendimento, para uso na construção civil e na agricultura.

### **2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

Trata-se da ampliação das cavas existentes de 29,47 ha para 55,1 ha e aprofundamento de 36 metros da Cava 1, de 77 metros da Cava 2, e de 83 metros da Cava 3. Está prevista também a ampliação dos depósitos de estéril de 6,9 ha para 25,54 ha. Para a operação de lavra será necessário um quadro de 318 funcionários.

Prevê-se a produção máxima de 120.000 t/mês de calcário em uma vida útil de 45 anos para as Cavas 2 e 3, e de 9 anos para a Cava 1, com geração total de 3.830.535 m<sup>3</sup> de estéril, a serem dispostos em depósitos com área total de 25,54 ha.

### **3. COMPATIBILIDADE LEGAL**

Foi apresentada a manifestação da Prefeitura Municipal de Guapiara, que demonstra a conformidade do empreendimento com as diretrizes de uso e ocupação do solo.

Os documentos referentes ao Departamento Nacional de Produção Mineral comprovam o direito minerário dos Processos DNPM 802.805/70 e 801.889/71 em nome da empresa Mineração Horical Ltda.

### **4. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS**

Os principais impactos ao meio ambiente decorrentes da ampliação e operação do empreendimento, bem como as principais medidas de mitigação e/ou compensatórias propostas pelo empreendedor e pela CETESB são as que seguem.

- **Expectativa da População quanto à Ampliação do Empreendimento e Conflitos do Uso do Solo**

De acordo com a Pesquisa de Percepção Ambiental apresentada, foram mencionados pela população como principais aspectos negativos a poeira oriunda da circulação dos caminhões. Para a LI deverá ser apresentado um Programa de Comunicação Social detalhado, contemplando esclarecimentos à população sobre os problemas apontados nessa Pesquisa e sobre os empregos a serem ofertados.

- **Geração de Empregos e Impactos Relacionados à Mão de Obra**

Após a ampliação, está prevista para a operação do empreendimento uma demanda de 318 funcionários, havendo aumento no quadro geral de cerca de 88 trabalhadores em relação à situação atual. Para potencializar os impactos positivos do empreendimento, o empreendedor deverá priorizar a contratação da mão de obra local. Para a LI deverá ser apresentado um Programa de Treinamento e Capacitação de Mão de Obra Local.

- **Impactos sobre a Infraestrutura e Equipamentos Municipais**

Para minimizar eventuais impactos da mão de obra do empreendimento sobre a infraestrutura municipal de educação e saúde, deverá ser priorizada a contratação de mão de obra local.

- **Interferências no Sistema Viário**

Após a ampliação do empreendimento estima-se o aumento de 150 para 240 viagens/dia de veículos para o transporte de produtos e 6 viagens/dia de ônibus para o deslocamento de trabalhadores. Para mitigação dos impactos decorrentes do aumento do tráfego de veículos sobre o sistema viário, deverá ser apresentado o detalhamento do Programa de Controle de Tráfego de Veículos, contendo termo de cooperação firmado com a Prefeitura Municipal e com o DER/SP para apoio e manutenção do sistema viário.

- **Interferências no Patrimônio Arqueológico**

O Relatório do Diagnóstico Arqueológico realizado nas áreas de ampliação não indica a existência de vestígios e/ou sítios arqueológicos na área do empreendimento, e foi aprovado pelo IPHAN para esta fase de licenciamento. O empreendedor deverá comunicar o IPHAN em caso de encontro fortuito de evidências arqueológicas durante a fase de operação.

- **Impacto Visual e Conflitos de Uso do Solo**

As atividades de mineração provocam alterações permanentes no relevo, com a modificação do uso do solo pela abertura das cavas, formação de pilhas de estéréis e supressão de vegetação nativa. A fim de minimizar impactos visuais e proporcionar a redução dos níveis de ruído e de material particulado em suspensão, deverá ser implantada uma barreira vegetal para o isolamento da área da Cava 3.

- **Perda da Cobertura Vegetal e Interferências em Áreas de Preservação Permanente**

Será necessária a interferência em 6,34 ha de Áreas de Preservação Permanente e a supressão de 36,2 ha de vegetação nativa nos estágios pioneiro, inicial e médio de regeneração. Para a LI deverão ser detalhados os Programas de Acompanhamento de Supressão de Vegetação, de Compensação da Florestal e de Conservação e Manejo da Vegetação Nativa Remanescente.

- **Impactos sobre Unidades de Conservação**

De acordo com o EIA, na área de influência do empreendimento encontram-se o Parque Estadual Intervales, Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira e Estação Ecológica Xituê. De acordo com o Parecer Técnico PEI-002/2012 de 10/01/12 da Fundação Florestal, não há óbices à continuidade do licenciamento ambiental do empreendimento, devendo ser atendidas as recomendações apresentadas.

- **Impactos sobre a Comunidade Faunística**

Dentre as espécies de fauna registradas na AID, 26 encontram-se ameaçadas de extinção, sendo 16 aves, 9 mamíferos e um réptil. Para a LI deverá ser apresentado o detalhamento dos Programas de Conservação e Monitoramento da Fauna Terrestre e Aquática, além do Subprograma de Resgate e Salvamento da Flora e Fauna, visando mitigar e monitorar as interferências sobre a fauna nativa.

- **Desencadeamento de Processos Erosivos e Assoreamento**

A intensificação dos processos erosivos e consequente assoreamento dos corpos d'água podem ocorrer devido à exposição do solo nas áreas de cava e depósito de estéril, e no sistema viário. Foi solicitada, para a LI, a implementação de um Programa de Controle de Erosão e Assoreamento, incorporando algumas medidas às já adotadas atualmente.

- **Alteração no Fluxo das Águas Subterrâneas**

Trata-se de potencial impacto de rebaixamento do nível d'água subterrâneo devido à ampliação das cavas e interferência sobre corpos d'água superficiais. Foi solicitada, para a LI, a apresentação de um Programa de Monitoramento do Nível das Águas Subterrâneas.

- **Impactos sobre a Qualidade e Disponibilidade das Águas Superficiais**

O lançamento de efluentes e intervenções em canais de drenagem natural, e em suas áreas de proteção, podem ocasionar degradação da qualidade das águas. A fim de mitigar o impacto, deverão ser adotadas medidas de controle e ser apresentado um Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais.

- **Geração de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos**

Além do estéril, serão gerados resíduos como sucatas metálicas, entulhos, resíduos oleosos e efluentes do sistema de drenagem e de surgências nas cavas, tornando-se necessária sua gestão adequada. Para tanto foi solicitado para a LI, o detalhamento do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos.

- **Intervenção no Patrimônio Espeleológico**

Foram observadas feições cársticas e cavidades na área de ampliação das cavas. Para a LI deverá ser apresentado um Programa de Prospecção Espeleológica, para verificar a ocorrência de cavidades subterrâneas na AID.

- **Alteração da Qualidade do Ar e Geração de Ruídos e Vibrações**

As atividades de lavra, beneficiamento e transporte geram emissão de gases provenientes de motores à combustão e ressuspensão de material particulado, além de ruídos e vibrações associados ao desmonte de rocha. Foram solicitados, para a LI, Programas de Controle de Emissões Atmosféricas e de Controle de Emissões Sonoras e Vibrações.

## **5. PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA**

Com a desativação do empreendimento, é necessária a adoção de ações dentro de um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, tendo como objetivo tornar a área estável, em condições apropriadas para um uso futuro. Para a LI deverá ser apresentado o detalhamento do Plano de Desativação, contemplando as medidas finais de reconformação topográfica e revegetação e a desmobilização das estruturas de apoio.

## **6. PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**

Caberá à Câmara de Compensação Ambiental da SMA definir a destinação e a forma de pagamento dos recursos da compensação previstos na Lei 9985/2000, sendo a apresentação do comprovante de pagamento pelo empreendedor condicionante à emissão da LI. Para a LO deverá ser apresentado relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na implantação do empreendimento, visando a realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental do empreendimento.

## **7. CONCLUSÃO**

Em função do exposto, o Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos entende que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que atendidas as medidas propostas no EIA e as exigências do Parecer Técnico nº 258/13/IE. Nestes termos, submete ao CONSEMA para apreciação e deliberação sobre a viabilidade ambiental da ampliação da atividade de extração de calcário nas cavas 1, 2 e 3 de mineração, sob responsabilidade da empresa Mineração Horical Ltda., no município de Guapiara.

São Paulo, 07 de junho de 2013

**ORIGINAL DEVIDAMENTE ASSINADO**

**Ana Cristina Pasini da Costa**  
Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental  
Diretora